



ACÓRDÃO Nº1652/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11134/2018.

Apensos: Processo nº 16050/2019.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Câmara Municipal de Eirunepé

4- Exercício: 2017

5- Responsável: Walter Alexandre Menezes (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Junior OAB/AM 5851

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3333/2023-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Eirunepé. Exercício de 2017.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Eirunepé, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Walter Alexandre Menezes Bezerra**, Presidente da referida Casa Legislativa, à época, Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, inciso III, e art. 25 da Lei nº 2.423/96 (LO-TCE/AM) c/c art. 188, § 1º, inciso III, da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM);

10.2. Considerar em Alcance o **Sr. Walter Alexandre Menezes Bezerra**, Presidente da referida Casa Legislativa, à época, responsável pela concessão e pelo pagamento de diárias aos vereadores, no valor total de **R\$ 57.600,00** (cinquenta e sete mil e seiscentos reais) e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Eirunepé, tendo em vista que o gestor não comprovou devidamente o cumprimento da finalidade dos deslocamentos, contrariando a obrigatoriedade de apresentação de prova dos meios de transporte e de relatório de atividades, detalhados no Relatório/Voto, nos termos dos arts. 304, IV, e 305 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM (RI-TCE/AM);



ACÓRDÃO Nº1652/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Walter Alexandre Menezes Bezerra, Presidente da referida Casa Legislativa, à época, no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/1996 (LO-TCE/AM) c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM), por ato praticado com grave infração à norma legal, notadamente: **(1)** arts. 11 e 14 da Lei Municipal nº 004/1999 c/c art. 9º, *caput* e parágrafo único, III, da Resolução nº 05/2008-TCE/AM, relativo ao pagamento de diárias aos vereadores sem terem sido apresentados os respectivos comprovantes de comparecimento nos Órgãos; **(2)** art. 23, § 5º, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 37, XXI, da CRFB/88, referente ao fracionamento de despesas de mesma natureza; e **(3)** art. 29-A, I, da CRFB/88, em razão da inobservância ao limite constitucional de despesas com o Poder Legislativo Municipal; e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Walter Alexandre Menezes Bezerra, Presidente da referida Casa Legislativa, à época, no valor de **R\$ 3.413,59** (três mil, quatrocentos e treze reais e cinquenta e nove centavos), nos termos do art. 54, I, “c”, da Lei nº 2.423/1996 (LO-TCE/AM) c/c art. 308, I, “c”, da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM), em razão da inobservância ao prazo para envio de remessas a esta Corte dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF’s relativos ao 1ª e 2ª semestres do exercício de 2017, em afronta ao art. 5º da Resolução nº 15/2013-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 24/2013-TCE/AM; e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas



ACÓRDÃO Nº1652/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Determinar à atual gestão da Câmara Municipal de Eirunepé que:

- 10.5.1.** Cumpra com a obrigatoriedade de o beneficiário das diárias apresentar prova dos meios de transporte e relatório de atividades em todos os casos de deslocamento para viagem, bem como adote todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e fiscais para o fiel cumprimento do estabelecido na Lei Municipal nº 004/1999;
- 10.5.2.** Cumpra o disposto na Lei Municipal nº 004/1999 e apresente certidões emitidas pelas entidades e órgãos que motivaram a viagem e o recebimento das diárias, dando cumprimento ao art. 70, parágrafo único, da CRFB/88, e em atenção ao Princípio da Finalidade;
- 10.5.3.** Observe as hipóteses taxativas de pagamento de diárias em razão de viagem dos vereadores, concedendo-as através de ato concessivo específico de diárias, com especificação dos destinos, das atividades a serem desenvolvidas, do período de duração e dos valores concedidos, em atenção ao art. 9º, *caput* e parágrafo único, III, da Resolução nº 05/2008-TCE/AM.
- 10.5.4.** Realize o planejamento prévio dos gastos anuais, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, observando que o valor limite para as modalidades licitatórias é cumulativo ao longo do exercício financeiro, a fim de não extrapolar os limites estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos.
- 10.5.5.** O total das despesas da referida edilidade, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com



ACÓRDÃO Nº1652/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

inativos, não ultrapasse os 7% (sete por cento) relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior, na forma do art. 29-A, I, da CRFB/88;

10.5.6. Cumpra tempestivamente os prazos de envio e publicação dos Demonstrativos Fiscais referenciados na LRF, em especial o RREO e o RGF, e demais demonstrativos que os acompanham via Portal E-Contas.

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO que adote as providências previstas no art. 162 da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM), dando ciência ao Responsável, **Sr. Walter Alexandre Menezes Bezerra**, acerca do teor do presente *decisum*, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do sequente Acórdão;

10.7. Arquivar os autos, após o cumprimento integral do decisório, nos termos e prazos regimentais.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Agosto de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva e Auditor Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em sessão

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral